

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1588 | 16 A 21 DE SETEMBRO DE 2019



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

TODOS JUNTOS EM DEFESA DA **CASSI!**

Entidades querem
solução negociada
para a questão da
Cassi, mas o BB só
aceita negociar sob
parâmetros da ANS
(pág. 3)



CONVITE FESTA DE POSSE

O SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ CONVIDA VOCÊ, BANCÁRIO(A) SINDICALIZADO(A), PARA A FESTA DE POSSE DA SUA NOVA DIRETORIA ELEITA PARA O QUADRIÊNIO 2019-2023, GESTÃO "UNIDADE PRA LUTAR".

O EVENTO ACONTECE NO PRÓXIMO DIA 27 DE SETEMBRO, A PARTIR DAS 20H, NO CLUBE DA CAIXA, SITUADO À AV. FREI CIRILO, 4700 - MESSEJANA. CONTAMOS COM SUA PRESENÇA!



Sindicato dos
Bancários do Ceará



PLR É RESULTADO DA LUTA DA CATEGORIA BANCÁRIA

Em meados dos anos 1990, os bancários ampliaram as discussões com o objetivo de encontrar uma forma de remunerar os resultados de seu trabalho. Foi assim que surgiu, em 1995, a participação dos trabalhadores nos lucros e/ou resultados dos bancos, a PLR. Regulamentada entre 1995 e 2000 por meio de Medidas Provisórias e tornada lei apenas em 2000 (Lei 10.101). No entanto, a conquista chegou antes para a categoria, em 1995.

Nós conquistamos a nossa Convenção Coletiva de Trabalho, com validade para todo o território nacional, em 1992. Três anos depois, conquistamos a PLR. Tudo isso somente foi possível graças à força dos sindicatos, que ficaram ainda mais fortes quando tomaram a decisão de se juntar no Comando Nacional dos Bancários, fortalecendo a luta dos trabalhadores.

Em 2006, a categoria conquistou uma parcela adicional, ancorada na variação anual do lucro líquido. Até 2008, ela correspondia a distribuição linear de 8% desta variação, com previsão de tetos individuais. Mas, a partir de 2009, seu cálculo deixou de ser feito a partir da variação do lucro. Os trabalhadores passaram a receber um valor correspondente a 2% do lucro líquido do banco, distribuído linearmente, também com previsão de tetos individuais. Em 2013, a parcela adicional passou a corresponder a 2,2% do lucro líquido do banco distribuído linearmente.

Os parâmetros estabelecidos na nossa Convenção Coletiva para o pagamento da PLR eram válidos apenas para os bancos privados. Somente a partir de 2003, as negociações passaram a ser realizadas em mesa única de negociações. Com este avanço importante, os bancos públicos passaram a assinar as CCTs de PLR firmadas entre as entidades de representação dos trabalhadores e a Fenaban.

A conquista da distribuição linear de um percentual do lucro líquido é um fato marcante, visto que se tratava de reivindicação importante de toda a categoria bancária, já que favorece as faixas salariais mais baixas. Os funcionários do BB foram os primeiros a garantir essa forma de distribuição que, posteriormente, foi incorporada aos acordos com os bancos privados por meio da criação da “parcela adicional”.

Em 2018, em âmbito nacional, a PLR conquistada pela categoria bancária injetou por volta de R\$ 7,036 bilhões na economia, sendo que na antecipação do pagamento o impacto na economia foi de R\$ 3,190 bilhões. Em 2019 esses valores serão ainda maiores diante dos reajustes conquistados e do crescimento do lucro dos bancos já verificado no primeiro semestre desse ano.

Todo esse breve histórico de luta é para deixar claro para toda a categoria que nada veio de graça, nada disso foi dado pelos banqueiros. A conquista da PLR, as melhorias nas fórmulas de distribuição e pagamentos, os avanços como um todo, tudo isso foi fruto de muita luta dos trabalhadores bancários, que contam com sindicatos fortalecidos, com uma unidade nacional fortalecida e eficiente, que nos respalda em mesa de negociação a buscarmos novos direitos e conquistas.

Essa é importância do movimento sindical. É ele quem defende o trabalhador, quem luta por conquistas, por condições de trabalho, e de vida, mais dignas. Por isso, é fundamental, sobretudo num cenário de ataques tão graves à classe trabalhadora, estarmos unidos com os sindicatos.



*Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará*



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares

CASSI: ENTIDADES PEDEM NEGOCIAÇÕES, MAS BANCO SÓ NEGOCIA SEGUNDO PARÂMETRO DA ANS

“É possível construir uma proposta de consenso. Já construímos uma que foi aceita pela maioria dos associados e somente não foi aprovada devido à falta de quórum. Mas, para isso, precisamos de um prazo maior do que o concedido pela ANS. Insistimos que a via negocial é o melhor caminho para solucionar a questão da Cassi”

José Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e funcionário do BB



O Banco do Brasil negou de imediato o pedido de prorrogação do Memorando de Entendimentos feito pela Contraf-CUT e demais entidades que negociam uma solução para a Cassi – Anabb, AAFBB, FAABB e Contec. O memorando, firmado em 2016 e com validade até dezembro de 2019, garante o aporte extraordinário de cerca de R\$ 500 milhões por ano ao Plano Associados, sendo 60% deste valor de responsabilidade do banco e outros 40% de responsabilidade dos associados.

No ofício às entidades, o banco alega que só aceita um acordo que se enquadre nos parâmetros exigidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos órgãos de controle do governo – cobrança por dependente e/ou por faixa etária, implantação da paridade contributiva, autopatrocínio para os futuros aposentados.

Segundo o coordenador da Comissão de Empresa do BB (CEBB), João Fukunaga, “sem a entrada destes recursos, o plano de saúde não terá como honrar seus compromissos com os credenciados a partir de janeiro do próximo ano. O banco é responsável pela saúde de seus funcionários e corresponsável pela solução dos problemas financeiros da Cassi, e os associados esperavam uma resposta mais afirmativa”, disse.

Outra reivindicação das entidades negada foi o adiantamento

dos recursos de responsabilidade do banco com o custeio do Grupo de Dependentes Indiretos (GDI). São cerca de R\$ 450 milhões, suficientes para recompor reservas exigidas pela ANS. O banco deixou, no entanto, uma fresta da porta aberta, ao responder que a antecipação dos valores do GDI só pode ser avaliada pelo banco conjuntamente com uma solução definitiva para a Cassi.

A PROPOSTA DAS ENTIDADES – A proposta enviada pelas entidades trata sobre cinco temas: 1) governança, gestão e operacionalização da Cassi; 2) contribuição temporária dos participantes do plano de associados; 3) ressarcimento temporário e extraordinário de despesas pelo banco; prestação de contas, continuidade da contribuição, ressarcimento extraordinário e 5) disposições gerais. As entidades esperam evitar medidas tomadas por um órgão externo, que não tem acúmulo de debate sobre a Cassi, ou a judicialização do tema, o que pode gerar ainda mais prejuízos para todos os interessados.

O que as entidades desejam é construir uma proposta de consenso para assegurar a sustentabilidade da Cassi e a manutenção dos serviços prestados aos participantes do Plano de Associados. Por isso, estão solicitando a reabertura do diálogo com o banco.

CAIXA: FGTS COMPLETA 53 ANOS SOB AMEAÇA

No dia 13 de setembro, o FGTS completou 53 anos de existência e, no mesmo dia, tiveram início os saques ao fundo liberados pelo governo Bolsonaro. As ameaças ao fundo e à própria Caixa Econômica Federal – constantemente alvo de encolhimento nos últimos meses – têm deixado os empregados apreensivos.

Não é só com a redução do número de empregados que a Caixa vem sofrendo. O principal banco de varejo totalmente público também está sendo fatiado, com a venda de ativos estratégicos como as ações da Petrobrás e do IRB e a tentativa de venda para o setor privado de ativos como as loterias instantâneas (Lotex), que hoje financiam programas nas áreas da educação, esporte, cultura, segurança e saúde. Além disso, partes mais rentáveis do banco vem sendo preparadas para venda, como a gestão de ativos de terceiros, seguros, e Caixa Cartões.

FGTS COBIÇADO – Administrado pela Caixa, o FGTS sofre constante assédio dos bancos privados, interessados em lucrar com os R\$ 413,8 bilhões de saldo em conta. Além de ser um seguro para o trabalhador no caso de demissão, o FGTS é um dos maiores fundos de investimento em políticas públicas do mundo, que favorece justamente a população de mais baixa renda. Apenas em 2017, o fundo investiu R\$ 63 bilhões nas áreas de habitação (R\$ 59,1 bi), saneamento básico (R\$ 3,9 bi) e infraestrutura (R\$ 277 mi). Os bancos privados já geriram o FGTS até 1990, quando uma lei centralizou a administração dos recursos na Caixa. O dinheiro do trabalhador ficava depositado nos bancos de forma pulverizada, o que resultou em diversos casos de má gestão dos recursos, acarretando em prejuízos para o fundo e para o governo.

O fundo era gerido e administrado por um Conselho Curador composto por 24 membros de entidades representativas dos trabalhadores, dos empregadores e representantes do Governo Federal. Mas um decreto do governo Bolsonaro reduziu a participação da sociedade na administração do fundo.

“A Caixa é o banco do trabalhador brasileiro. É o banco onde sete em cada 10 pessoas financiam a casa própria, e tem papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do país. Defender a Caixa é defender a soberania da população e o FGTS faz parte dessa luta”

Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

BANCÁRIOS TÊM REAJUSTE DE 4,31%, INJETANDO R\$ 10,5 BI NA ECONOMIA

O IBGE divulgou dia 6/9 o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de agosto, que regula o reajuste da categoria bancária. Em agosto, o índice ficou em 0,12%. O acumulado em 12 meses ficou em 3,28%. Com isso, já contando o aumento real de 1%, definido na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), os bancários terão reajuste de 4,31% nos salários, PLR e todas as demais verbas definidas pela convenção da categoria.

“A conjuntura não está favorável à classe trabalhadora. Todos os dias vemos notícias de corte nos nossos direitos. Graças à nossa unidade nacional, somos uma das poucas categorias que terá aumento real neste ano”, observou a presidenta Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

Com o reajuste, os novos pisos de caixa e tesoureiro após a experiência sobem para R\$ 3.244,55. O valor do vale-refeição passa

a ser R\$ 36,69/dia e o vale-alimentação de R\$ 636,18/mês.

IMPACTO – O reajuste de 4,31% obtido pela categoria bancária injetará R\$ 10,549 bilhões na economia entre 1º de setembro de

2019 a 31 de agosto de 2020, segundo cálculos do Dieese. Agora em setembro, apenas com a antecipação da 1ª parcela da PLR serão injetados R\$ 3,488 bi na economia. Os valores já foram pagos pelo Banco do Brasil no dia 30/8, pela Caixa Econômica Federal no dia 3/9, e devem ser pagos



pelo Itaú, Bradesco e demais bancos até o dia 20/9, exceto o Santander, que não conseguirá cumprir esse prazo devido a dificuldades internas do banco. Em 2018, o reajuste da categoria foi de 5% e, segundo o Dieese, o impacto da campanha nacional chegou a de R\$ 9,922 bilhões.

LUCRO DOS BANCOS: CINCO MAIORES BANCOS DO PAÍS LUCRAM MAIS DE R\$ 50 BI NO 1º SEMESTRE

Os lucros dos cinco maiores bancos do Brasil, juntos, somaram R\$ 50,5 bilhões, no 1º semestre de 2019, um crescimento médio de 20,7% em doze meses e rentabilidade variando entre 15,6%, na Caixa e 23,6% (no Itaú Unibanco). No caso do Santander, a unidade brasileira foi responsável por 29% do resultado global do banco.

Os cinco ativos somados totalizam R\$ 6,7 trilhões e apresentaram alta média de 7,6% em relação a junho de 2018. A carteira de crédito total dos cinco bancos juntos atingiu R\$ 3 trilhões, com alta de 3,2% no período.

Os bancos seguem ganhando com a prestação de serviços e a cobrança de tarifas e, apenas no 1º semestre de 2019, já arrecadaram um total de R\$ 69,9 bilhões nesse item, com alta média de 4,5%. Essa receita secundária cobre com folga as

despesas de pessoal dessas instituições, incluindo-se, nessa conta, o pagamento da PLR. A cobertura das despesas de pessoal + PLR por essa receita secundária dos bancos variou entre 112,8% (na Caixa) e 198,3% (no Santander – cobrindo quase duas folhas de pagamento). No Itaú, a cobertura foi de 161%.

Com relação aos postos de trabalho, o saldo foi negativo no Itaú, no BB e na Caixa. Foram fechados 983, 1.507 e 2.046 postos em doze meses nos três bancos, respectivamente. No caso do Itaú, o banco aponta que esse saldo negativo se deve ao fechamento de agências no período. No Santander, foram abertos 904 novos postos de trabalho, enquanto no Bradesco, o saldo foi 1.515 novos postos abertos para a ampliação da área de negócios do banco.

Quanto à rede de agências, Santander abriu 40 novas agências em doze meses.

No Itaú, por sua vez, foram fechadas 199 agências físicas no mesmo período (195 apenas no segundo trimestre) e abertas 36 agências digitais, as quais já somam 196 unidades. Bradesco e BB fecharam, respectivamente, 119 e 48 unidades, em um ano. O BB já conta com 162 escritórios (agências) digitais, 9 deles foram abertos de junho de 2018 a junho de 2019. Na Caixa, foram fechadas 12 agências entre junho de 2018 e junho de 2019. As apostas e os investimentos dos bancos seguem no sentido da priorização pelo atendimento digital. Agências digitais, agências-café, aplicativos para smartphones, inteligência artificial, entre outros, que têm espaços e serviços no mesmo ambiente do atendimento bancário traz grandes preocupações quanto a segurança, além da condição de trabalho e saúde dos bancários.

SEMINÁRIO: SINDICATO EMPOSSA DELEGADOS SINDICAIS INAUGURANDO CICLO DE DEBATES COM EMIR SADER

Fotos: Secretaria de Imprensa – SEEB/CE



Na segunda-feira, dia 9/9, os delegados sindicais eleitos, em pleito realizado no final de agosto, tomaram posse na sede do Sindicato dos Bancários do Ceará, com a realização de um seminário de formação comandado pelo sociólogo e cientista político Emir Sader. A diretoria da entidade e dirigentes de outros sindicais e centrais também participaram do evento.

Durante a abertura, o secretário geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga, ressaltou a importância da unidade entre as centrais construída no Ceará para a eleição do Sindicato, superando as diferenças, unindo-se para resistir, organizar e superar a luta contra as forças conservadoras que estão ameaçando os direitos da classe trabalhadora e o próprio Estado Democrático de Direito. O diretor de Formação do Sindicato, Gabriel Rochinha, agradeceu e parabenizou o Sindicato por já iniciar a gestão com uma formação política, tão necessária nessa conjuntura política atual.

No evento, o sociólogo Emir Sader fez uma detalhada análise de conjuntura política e econômica no Brasil e no mundo, abordando a escalada da direita nos últimos anos e apontou caminhos para fortalecer a luta e a resistência da classe trabalhadora. Ele englobou temas como O Mundo e o Brasil no século XXI, neoliberalismo e perspectivas para o País.

CICLO DE DEBATES – A iniciativa inaugurou um ciclo de debates e formação política com o sociólogo nos sindicatos filiados à Fetrafi/NE. A entidade ressalta a importância de, na atual conjuntura do País, fortalecer e apoiar os sindicatos filiados nesse debate. Com o tema O Brasil e o Mundo no Séc. XXI – Situação atual e perspectivas, Emir Sader visitou ainda, durante a última semana, os sindicatos do Cariri, Campina Grande e Paraíba.

“Estamos circulando por vários locais do país para discutir e entender essa virada da direita no mundo que acabou desembocando em um governo extremista no Brasil. Entender em que condições foi possível, quais elementos de força e de fraqueza tanto deles quanto do nosso campo da esquerda para poder reformular as nossas formas de atuação, as nossas argumentações, e poder reconquistar a maioria política indispensável para o Brasil voltar a ser um país democrático”, relatou Emir Sader.



ANAPAR: SINDICATO REALIZA CURSO PARA PARTICIPANTES DE FUNDOS DE PENSÃO

Fotos: Secretaria de Imprensa – SEEB/CE



O Sindicato dos Bancários do Ceará, em parceria com diretoria regional da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), realizou nos dias 11 e 12/9, na sede do Sindicato, o curso de Conceitos e Aspectos Atuariais, ministrado pela professora e atuária Andrea Vanzillotta.

O curso abordou conceitos fundamentais das Ciências Atuariais, o que faz um atuário, quais as ferramentas que ele usa, qual o cerne do seu trabalho, planos de benefícios, avaliação atuarial e, por fim, como tudo isso se reflete nos fundos de pensão. “O objetivo do curso foi, antes de tudo, difundir saber. A Anapar sempre realizou muitos cursos, mas a maioria era sempre em Brasília. Por isso, estamos difundindo esse saber pelo país. Isso é um trabalho de formiguinha, mas que tem colhido seus frutos”, afirmou José Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e membro do Conselho Deliberativo da Anapar.



“A Anapar é uma importante entidade para todos os trabalhadores que participam de fundos de pensão e a realização deste e outros cursos tem sido também uma maneira de as pessoas tomarem conhecimento da atuação da entidade. A Anapar luta de maneira muito heroica para defender os fundos de pensão”, destacou o aposentado do BNB, Miguel Nóbrega,

coordenador regional da Anapar.

“Momentos como esses são importantes, pois o melhor para os nossos fundos de pensão só será construído por aqueles que são parte deles, que pertencem a ele e por isso, todo conhecimento adquirido é fundamental”, finalizou o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo.

CONQUISTA DA CAMPANHA: RESPONDA AO 3º CENSO DA DIVERSIDADE

O questionário do 3º Censo da Diversidade está disponível no site da Fenaban. O levantamento visa traçar o perfil da categoria bancária por gênero, orientação sexual, raça e PCDs (pessoas com deficiência) com o objetivo de analisar as políticas de inclusão dos bancos e promover a igualdade de oportunidades no setor bancário.

O censo vai além da coleta de dados. Ao mesmo tempo, também será realizada a Campanha de Valorização da Diversidade, que inclui a formação de agentes da diversidade nas agências e departamentos bancários. Por isso é importante entender que cada trabalhador é peça fundamental nesse processo e que ele se envolva na campanha. Responda o censo e seja um agente da diversidade. No site da Fenaban, os trabalhadores poderão encontrar mais informações sobre a pesquisa, quem são as pessoas elegíveis para participar e como preenchê-la.

Para responder o questionário, acesse: <https://diversidade.febraban.org.br/>



SANTANDER: BANCO PAGARÁ PLR NO DIA 30 DE SETEMBRO

O Santander anunciou que pagará a antecipação da PLR no próximo dia 30 de setembro.

A primeira parcela é composta de regra básica e parcela adicional. A regra básica corresponde a 54% do salário mais valor fixo de R\$ 1.474,42 (reajustado em 4,31%), limitado ao valor individual de R\$ 7.916,81 ou a 12,8% do lucro líquido do banco apurado no 1º semestre de 2019, o que ocorrer primeiro. Já a parcela adicional é a divisão linear de 2,2% do lucro líquido do 1º semestre de 2019, com limite individual de R\$ 2.457,36 (reajustado em 4,31%).

A PLR é uma conquista importante da categoria que foi a primeira a garantir o direito em Convenção Coletiva de Trabalho Nacional em 1995. Desde então, a PLR passou por muitos ajustes e melhorias garantindo valores cada vez maiores aos bancários. Nada mais justo, já que são os trabalhadores que constroem no seu dia a dia o lucro das instituições financeiras. Por meio da PLR uma parte desse lucro é destinada aos trabalhadores que podem assim elevar sua remuneração anual.



“A categoria bancária foi uma das primeiras a ter direito à Participação nos Lucros e Resultados e, logicamente, que esse direito não foi uma gentileza dos banqueiros. Foi fruto de muita luta dos bancários, representados pela Confederação, Federação e sindicatos”

Eugênio Silva, diretor do Sindicato e funcionário do Santander

SANTANDER É CONDENADO POR METAS ABUSIVAS E ADOECIMENTO MENTAL DOS BANCÁRIOS

O Santander foi condenado a pagar indenização de R\$ 274 milhões por dano moral coletivo porque submetia os bancários a metas abusivas de produção que aumentaram o índice de adoecimento mental ocupacional. Em outra ação, o Santander foi condenado a pagar uma multa de R\$ 1 milhão por prática de assédio moral. As duas sentenças foram dadas pelo juiz do Trabalho, Gustavo Carvalho Chehab, da 3ª Vara do Trabalho de Brasília. As informações são do portal UOL.

Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT), em 2014, a média de afastamentos por acidente e doença mental ocupacional no banco foi de dois empregados por dia. “Considerando a jornada de 8h, ter-se-ia que, em média, a cada 2h48 um empregado do réu desenvolveu doença ocupacional mental”, destaca Chehab, lembrando que a jornada dos bancários é de 6h. De 2012 a 2016, 6.763 bancários receberam auxílio-doença do INSS. Desse total, 1.784 são ou foram empregados do Banco Santander, o que significa 26,38%. A decisão atende, parcialmente, pedidos feitos pelo MPT no Distrito Federal, representado pelo procurador Paulo Neto, que processou o Santander após constatar o alto índice de estresse dos bancários.

O magistrado Gustavo Chehab destaca ainda que o banco figura entre as empresas que mais geram adoecimentos mentais no Brasil e além do dano causado ao trabalhador, o adoecimento e o consequente afastamento do trabalho também gera danos à economia e à sociedade, alerta o magistrado. Entre as obrigações de fazer impostas pela decisão judicial, destaque para a proibição de submissão de trabalhadores a metas abusivas e a necessidade de que as definições dessas metas sejam objeto de negociação coletiva entre o réu e a entidade representativa da categoria.

ITAÚ: FUNCIONÁRIOS RECEBEM PLR E PCR NO DIA 20/9

Os bancários do Itaú receberão a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e a Programa Complementar de Resultados (CPR) no próximo dia 20 de setembro.

A primeira parcela da PLR 2019 é composta de regra básica e parcela adicional. A regra básica corresponde a 54% do salário mais valor fixo de R\$ 1.474,42 (reajustado em 4,31%), limitado ao valor individual de R\$ 7.916,81 ou a 12,8% do lucro líquido do banco apurado no 1º semestre de 2019, o que ocorrer primeiro.

A parcela adicional é a divisão linear de 2,2% do lucro líquido do 1º semestre de 2019, com limite individual de R\$ 2.457,36 (reajustado em 4,31%).

PCR – O PCR é uma conquista dos bancários do Itaú, em negociação iniciada em 2003, e é resultado do acordo bianual específico para a verba, reajustado pelo índice conquistado na Campanha Nacional 2018. Neste ano, o valor pago será de R\$ 2.900,00.

13ª CESTA – Depois da cobrança da Contrat-CUT, o Itaú vai antecipar o pagamento da 13ª cesta alimentação para 25/10. Pela CCT, os bancos têm até o dia 31/11 para realizar o crédito. A 13ª cesta alimentação é uma conquista da Campanha de 2015. Corresponde a mais um valor ao ano de vale-alimentação. Este ano, o VA dos bancários foi reajustado em 4,31%, que corresponde à reposição da inflação mais 1% de aumento real. Portanto, o vale-alimentação e a 13ª cesta alimentação passaram de R\$ 609,88 para R\$ 636,17.



“A PCR é uma conquista muito importante dos bancários do Itaú. Todos os anos buscamos melhorar a verba, em cima do lucro do banco, que cresce, graças ao esforço dos trabalhadores”
Ribamar Pacheco, diretor do Sindicato e representante da Fetrafi/NE na COE Itaú

AÇÕES EQUIPARAÇÃO BNB/BB: JUIZ INICIA LIBERAÇÃO DE VALORES INCONTROVERSOS

O Juiz Mauro Elvas, responsável pelo julgamento das ações de equiparação das funções em comissão do BNB ao BB, em tramitação na 3ª Vara da Justiça do Trabalho de Fortaleza, iniciou dia 9/9/2019 a liberação dos valores incontroversos dessas ações patrocinadas pelo Sindicato dos Bancários do Ceará.

Nesse primeiro despacho, foram beneficiados três colegas de dois processos, isso porque boa parte dos que integram as ações, segundo os cálculos elaborados pelo BNB, tiveram valores negativos, devido o Banco insistir em deduzir das diferenças entre o AFC (adicional de função pago pelo BNB) e o AFR (adicional pago pelo BB) as horas extras recebidas pelos comissionados do BNB durante o período de 31/10/88 a 30/11/92, critério esse já rejeitado em decisão judicial.

Em matéria publicada na edição 1585 da TB (Tribuna Bancária), o Sindicato já alertava para isso e pedia ao Juiz um posicionamento para coibir o abuso. Os colegas que tiveram valores incontroversos liberados já foram comunicados pelo Sindicato.

O Sindicato acredita que esse critério adotado pelo BNB será novamente rejeitado pelo juiz, que poderá punir o Banco com pesadas multas por conta desse reiterado descumprimento de decisão judicial.

A liberação de valores incontroversos é um passo decisivo para a liquidação final das ações de equiparação BNB /BB. Os valores finais a serem pagos aos beneficiários serão no mínimo, os já homologados pelo Juiz e que são bem maiores que os reconhecidos pelo Banco.

TRE: PRAZO FINAL PARA CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO É 29 DE NOVEMBRO

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-CE) atingiu recentemente 60% dos eleitores de Fortaleza com biometria coletada. O prazo final para o cadastramento biométrico é 29 de novembro e, para Fortaleza, o cadastramento biométrico será obrigatório nas próximas eleições. Ainda faltam comparecer 710.090 cidadãos, segundo o TRE. O eleitor que não fizer a coleta da sua biometria nos postos autorizados terá o título cancelado.

O cancelamento do documento, além de impedir o eleitor de exercer seu direito ao voto e implicar complicações no CPF, ainda impede que o cidadão se inscreva em programas como o Bolsa Família, emita passaporte, faça matrícula em instituições públicas de ensino, contraia empréstimos em bancos oficiais, tome posse em cargos públicos e, se servidor público, receba salário.

Para facilitar o acesso dos eleitores, o TRE disponibiliza a opção de agendamento. Quem optar, pode marcar atendimento pelo telefone 148 (Disque Eleitor) ou acessar o site do Tribunal (www.tre-ce.jus.br). Para o atendimento, basta ter em mãos documento de identificação oficial com foto (RG, CTPS, passaporte, CNH) e comprovante de residência atualizado.

CONFIRA OS POSTOS DE ATENDIMENTO

De segunda a sexta, das 8 às 17h:

- Unidade Móvel (estará de 16 a 20/9 na Praça do Ferreira).
- Central de Atendimento ao Eleitor, na Praia de Iracema;
- Centro de Cidadania e Direitos Humanos, no Conjunto Ceará (Av. Alanis Maria Laurindo de Oliveira, 461);
- Vapt Vupt de Messejana e Antônio Bezerra;
- Postos na UECE Itaperi; Parque das Crianças e Assembleia Legislativa.

De segunda a sexta, das 10 às 19h, e aos sábados, das 10 às 17h:

- Postos nos shoppings: Via Sul; Parangaba; Benfica; North Shopping Jóquei; Riomar Fortaleza; Iguatemi e Riomar Kennedy.

Feminicídios crescem

A queda de 10% no número de homicídios no país, entre 2017 e 2018, não se reflete nos casos de feminicídio, que registraram alta de 4% no mesmo período, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgados dia 10/9. Nos dois últimos anos, foram registrados 2.357 feminicídios, o que significa uma vítima morta a cada 8h. Segundo dados do Anuário, os casos de lesão corporal dolosa relacionados à violência doméstica também aumentaram de 2017 para 2018: foram de 252.895 registros para 263.067, ou seja, a cada dois minutos, uma mulher sofre violência doméstica. 88,8% dos autores de crimes são companheiros ou ex.

Quatro estupros por hora

De todos os estupros cometidos contra mulheres entre 2017 e 2018, cerca de 52,8% tiveram como vítimas meninas de até 13 anos. Isso significa que, a cada hora, quatro garotas dessa faixa etária foram vítimas de violação sexual no país. Os dados fazem parte do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Segundo o estudo, 75,9% das vítimas, mesmo as que têm mais de 14 anos, possuem algum tipo de vínculo com o agressor. São parentes, companheiros, amigos. Em 85% dos casos, os autores são homens. Um dos dados inéditos apresentados pelo estudo diz respeito ao chamado estupro coletivo, cometido por múltiplos autores. Esses casos representam 6,8% do total.

Restituição ameaçada

Pelo menos 8 milhões de pessoas ainda estão na fila para receber a restituição do Imposto de Renda, segundo a Receita Federal. Ao todo, serão devolvidos aproximadamente R\$ 9,6 bilhões. Porém, a falta de verbas que atinge o órgão pode colocar em risco os pagamentos. A assessoria da Receita disse ter recursos suficientes para financiar as atividades até 24/9. Isso inclui pagamento de restituição do IR, emissão de CPF e controle de importação e exportação. Entretanto, há lotes programados até dezembro.